



**A BOMBA** – A 20 de Abril de 1912 estourava no Porto o primeiro número d’A *Bomba*, jornal humorístico que, como tantos outros, teve uma duração efémera, desaparecendo com o “10.º Estouro”, a 22 de Junho do mesmo ano. Explicação: a falta de leitores, que teria inviabilizado economicamente a continuidade deste projecto editorial. O fim do jornal, e os motivos, foram até anunciados no último número, o 10.º, na secção dedicada ao “Expediente”: “«A Bomba» suspende neste número a sua publicação. Não é para melhorar, nem para reaparecer de aqui a cinquenta anos. **É, única e simplesmente, para deixar de perder mais dinheiro, falando com as letras todas.** O público não se agradou do nosso semanário; nós não quisemos ir perguntar ao público os motivos, nem nos dispusemos a aceitar transigências. Deixámos inimizadas, provocámos irritações, mas isso que importa? Atirem-nos de lá pedras iguais e verão onde elas chegam. Aos colegas que connosco permutavam pedimos o obséquio de suspenderem as suas remessas”. Mais esclarecedor era difícil...

Dirigiam a “manipulação” d’A *Bomba* **Álvaro Pinto** (1889-1957)<sup>1</sup>, na parte literária, e **Cristiano de Carvalho** (1874-1940), na artística. O “fornecedor das matérias-primas” (ou seja, o redactor) era Laurindo Mendes, enquanto a “marca da fábrica”, vulgo editor, estava a cargo de Carlos Gonçalves. A redacção do jornal, provocatoriamente intitulada “sede do laboratório”, ficava na Rua da Alegria, 218; a tipografia, na Travessa Passos Manuel, 27. Custava 2 centavos, e explodia regularmente aos sábados, em edições de 8 páginas.

Os desenhos principais, a cores, publicados na primeira e última página, saíram quase todos do lápis do director artístico, Cristiano de Carvalho. O seu traço é omnipresente na publicação, dando-lhe um cunho que deixa “antever uma tendência neo-realista”<sup>2</sup>. O resto da **colaboração gráfica** foi assegurado por Larçam (pseudónimo de António Marçal), M. Pacheco (1888-1961), Almada Negreiros (1893-1970), Gil (a seguir a Carvalho, o mais assíduo desenhador), Manuel Monterroso (1875-1968) e Cristiano Cruz (1892-1951)<sup>3</sup>. Esta

<sup>1</sup> Para saber mais sobre Álvaro Pinto ver a biografia que está disponível na Hemeroteca Digital, a biblioteca digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa, da autoria de Rita Correia, na secção dedicada aos Recursos Informativos – Estudos Internos – Biografias (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/Biografias/AlvaroPinto.pdf>).

<sup>2</sup> MATOS, Álvaro Costa de, e OLIVEIRA, João Carlos (Coord.) – **“O JOGO DA POLÍTICA MODERNA!” Desenho Humorístico e Caricatura na I República**. Catálogo da exposição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Cultura – Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais de Cultura, 2010, p. 13. Colaborou ainda no *Diabo Júnior*, *Caricatura*, *A Águia*, e em jornais clandestinos, onde é notória a sua postura anarco-sindicalista, de forte pendor crítico.

<sup>3</sup> Sobre alguns destes colaboradores ver **Op. Cit.**, capítulo dedicado aos “Humoristas”, pp. 10-17. Cf. SOUSA, Osvaldo Macedo de Sousa – **História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal**. Vol. V: Cronologia. Dicionário Biográfico. Índices. Lisboa: Humorgrafe / S. E. C. S., 2002, designadamente o dito *Dicionário Biográfico dos Caricaturistas*, pp. 67-124; e SÁ, Leonardo de, e DEUS, António Dias de – **Dicionário dos Artistas de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal**. S. l.: Época de Ouro, 1999.

colaboração traduziu-se numa **diversidade de estilos**. Com efeito, encontramos n' *A Bomba* um traço mais **neo-realista**, com grande regularidade, representado por Cristiano de Carvalho, mas também a **velha caricatura política**, mantida por exemplo por Gil e Manuel Monterroso, e, em menor grau, alguns **desenhos mais modernistas**, de M. Pacheco e Almada Negreiros, que pelo contrário privilegiavam a crítica mundana ou de costumes. Coexistia, portanto, na mesma folha humorística, a velha sátira política inspirada em Bordalo Pinheiro e a caricatura social, introduzida pelos modernistas. Em 1912 teve lugar em Lisboa, no Grémio Literário, o I Salão dos Humoristas Portugueses, que foi um marco fundamental para a “renovação da arte do lápis”, “isto é, para a discussão de ideias, polémicas e apresentação de novas estéticas, em ruptura com o barroquismo *bordaliano*”<sup>4</sup>. Pelo que não deve surpreender o aparecimento de desenhos modernistas n' *A Bomba*. Nestes, não são apenas os temas que mudam, o traço é agora mais subtil, mais apurado (predominam as linhas rectas, finas), com um estilismo ignorado nas caricaturas tradicionais, revelando as influências do modernismo artístico na imprensa humorística. A par destas mudanças temos também um humor menos brejeiro, um humor mais mordaz, negro, e não raras vezes cruel, que a crítica dos costumes sociais e a ridicularização dos hábitos das classes médias começava a impor. A vontade que muitas vezes resulta da *leitura* dos desenhos modernistas é de chorar e não tanto de rir...

A **parte literária** contava com a colaboração regular de Nitro, Clorato, Algodão Pólvora, Melinite, Pólvora Seca, Doutor Estouro, Álvaro de Alte (Álvaro Pinto?), Girândola, Picrato, Jerónimo, Ambrósio, entre outros pseudónimos menos frequentes, cujos autores desconhecemos. Entre os identificáveis, temos o próprio Álvaro Pinto, Silva Cunha e J. Costa Carregal, o homem que tratava da “secção charadística”.

O jornal não tinha uma estrutura gráfica fixa; pelo contrário, era algo irregular, confusa até, com a maior parte das secções a saltarem constantemente de lugar de número para número. As poucas excepções recaíam no editorial, intitulado “A Bomba”, sempre na segunda página, e na secção destinada às charadas (“Rebenta Cabeças”), na penúltima, da responsabilidade de Tric-Trac (J. Costa Carregal). Depois, por ordem de importância, vinham as seguintes secções: “De Pataco”, “Rastilho dos Teatros”, “De Rabiar”, “Pólvora Avulsa”, “Estilhaços”, “De Lágrimas”, “Postais Políticos”, “De Espoleta”, “Expediente”, “Fogo dos Bonecos”, “Morteiros”, “Explosivos”, mais outras que apareciam de vez em quando – quase todas elas relacionadas directa ou indirectamente com o título explosivo do jornal. Estas secções ocupavam-se da actualidade política, mas também do quotidiano da cidade do Porto, num registo mordaz, irónico, jocosos por vezes, completado com desenhos e caricaturas que reforçavam o posicionamento crítico do jornal relativamente ao *status quo*.

*A Bomba* custava 2 centavos, como já referimos, preço que se manteria inalterável até ao fim da publicação. Sem publicidade (anúncios), era através das **assinaturas** que se procurava garantir a viabilidade económica da folha humorística. Os exemplares seriam enviados aos assinantes depois de

---

<sup>4</sup> Ver, do autor deste texto, “Da Imprensa Humorística na I República...”, in *Jornalismo & Jornalistas*, Lisboa, N.º 44 (Out./Dez. 2010), pp. 50 – 64.

recebidos na Rua da Alegria as respectivas importâncias e portes de correio. Ficamos a saber, pelo “Expediente” publicado no n.º 2, de 27 de Abril, que o jornal recebeu “da província vários pedidos de assinaturas, sem a competente e agradável companhia das respectivas massas”. Que foram prontamente recusados, causando até alguma indignação no jornal, que é partilhada com os leitores: “Ora, sem querermos ofender ninguém, isto de assinaturas gratuitas não é do que mais precisamos. Bem sabemos que são todos muito honrados, que nenhum á capaz de fazer-nos uma desfeita, mas, que diabo!, uma longa experiência destas bugigangas nos diz a cada passo que o cobrador tem sempre a infelicidade de só ir a casa do assinante quando ele lá não está. Por isso, senhores provincianos, mais obras e menos palavras, e lá lhes irá ter *A Bomba*, cuidadosamente empacotada e sem receio de explosão”. Com efeito, as assinaturas pagas eram fundamentais para a sobrevivência dos jornais, e foi precisamente por falta delas, como vimos acima, que *A Bomba* não teve uma vida mais duradoura.

Sobre o aparecimento deste título na invicta, leia-se esta divertida crónica, publicada logo no dia 20 de Abril de 1912, nos “Estilhaços”: “Durante uma semana andou meio Porto aterrado com uns misteriosos papelinhos que apareceram por muitas casas e em que se lia: «A Bomba estoura no dia 20», «A Bomba cumprimentará V. Ex.<sup>a</sup> no dia 20». Houve alguns milhares de abortos, centenas de apoplexias e vários amolecimentos cerebrais. (...) Houve (...) quem escrevesse para a Galiza a perguntar se a coisa sempre era desta e quem mandasse as famílias para a quinta, aguardar o assucedimento [sic]. Na polícia atulharam-se todos os dias os gabinetes dos inspectores e comissário com pessoas a saberem da atitude a tomar. As esquadras gastaram quinhentas e tantas resmas de papel em participações do caso, a guarda republicana e artilharia chegaram a estar de prevenção. Deu o ministro da marinha da outra banda ordem para três couraçados apontarem e aguardarem o sinal; esteve-se telegraficamente em comunicação com o governo francês para de lá virem cinquenta aeroplanos... As criadinhos brejeiras inquiriram sobre o que seria «A Bomba»; as costureiritas galantes todas se azoïnavam em procurar saber se ela seria grande ou pequena... E, afinal, «A Bomba», a coisa, o horror o susto, o medo, a aflição é isto -: uma folha mais inofensiva que... uma bola de estricnina, que aparece hoje e estourará todos os sábados.”

O impacto da publicação deste novo jornal humorístico não se ficou pelas palavras, pois na edição de 27 de Abril de 1912, num desenho intitulado “A Polícia e «A Bomba»”, da autoria de Gil, lá temos três polícias e um inspector a lerem *A Bomba*, agora menos assustados por perceberem que a tão falada bomba não passava, afinal, dum inofensivo jornal humorístico. Há também referências gráficas à recepção d’*A Bomba* junto de outras publicações periódicas humorísticas, neste caso d’*O Tira Olhos*, igualmente publicado no Porto, em 1912. Num desenho de Cristiano de Carvalho intitulado precisamente “Ao «Tira Olhos»”, identificamos o dito a cumprimentar *A Bomba*, pela “referência amável”.

No primeiro número d’*A Bomba*, de 20 de Abril, o ***fait-divers* político** era tratado numa escrita bastante agressiva: “Dizem que será um tal Agostinho Fortes o primeiro ministro da instrução pública em Portugal. Era de se

levantarem as pedras das calçadas, de rebentar A Bomba todos os dias e de fazer apelo a todos os dinamitistas do mundo. O Fortes! Mas que crimes terá cometido a desgraçada da instrução para a meterem em semelhantes manábulas? Por já ser azeda, ter rabo de leão e sofrer de aperto de uretra? Mas, que diabo, haja uma vez moralidade ou damos todos porrada!” A **cobertura do social** caía não raras vezes no registo brejeiro: “No concurso hípico, uma janota da alta, travadinha nas partes de cima e de baixo, mas destravada na língua, languidamente se referia a um garboso alferes desta forma: - Gosto imenso daquele rapaz. Monta tão bem!...”. Esta postura manter-se-ia até ao final da publicação.

A cultura, com destaque para os **teatros**, era o forte da secção “Rastilho dos Teatros”, assinada por Algodão Pólvora, que não os poupava: “Desoladora miséria a desse teatros por aí! Estúpidas banalidades, obscenas maltrapilhices – rara coisa se salva. E o anafado burguês só perante as chulas garridezas duma canção mais canalha, ou á vista de libidinosos requebros de carnes reboladas em estos de luxúria se baba todo, humedecendo-se-lhe o olho com lágrimas de voluptuosa lambuseira e chegando a deixar pender as mãos crispadas de cio sobre as pernas mais próximas, sejam duma cara de polícia á paisana, da sogra ou da própria filha.” No campo da literatura, destaque para o folhetim que *A Bomba*, à boa maneira dos jornais nacionais, começou a publicar a partir do terceiro número, de 4 de Maio de 1912. Intitulado, “As proezas dum seixo”, era mais uma das estratégias que o jornal seguiria com o intuito de fidelizar leitores, dada a periodicidade inerente aos folhetins, o tipo de narrativa empregue, ágil, destinada a prender a atenção do leitor, bem como ao coleccionismo que obrigava. Ainda se publicaram três capítulos deste folhetim, que deram por concluído na sua primeira parte, mas o dito seria interrompido com o fim da publicação, a 22 de Junho de 1912.

As notícias da capital vinham na rubrica “De Lisboa”, que começou a sair a partir do número 2, de 27 de Abril de 1912, da pena de Álvaro de Alte (Álvaro Pinto?). Foram substituídas depois pelos “Postais Políticos”, iniciados com a edição de 18 de Maio, no “5.º Estouro”, e alimentados através duma interessante e animada correspondência entre Jerónimo e Ambrósio, o suposto correspondente alfacinha. “De Coimbra”, com textos de Picrato, assegurava as notícias da cidade dos estudantes. Mas logo no lançamento desta secção, no terceiro número d’*A Bomba*, de 4 de Maio, deixavam-se antever as dificuldades que a rubrica “De Coimbra” iria encontrar: “Uma carta de Coimbra todas semanas?... Quase impossível. Sabido como é que de Coimbra só saem cartas a pedir dinheiro é quase descaroável [sic] impor-me o escrever de Coimbra, todas as semanas, uma carta a fornecer notícias. Coimbra não dá motivos a um jornal como a Bomba. A Coimbra escolar? Está rasa, está uniforme. (...) A Coimbra futrica? Pior. Que há então? A Coimbra literária. Os moços literatos das minhas relações têm todos um imenso talento, mas não dão para uma carta semanal. São duma reduzida fecundidade, procurados na expressão, difíceis de ingerir, dum preciosismo místico e sobretudo, o que neles me fascina é a talentosa maneira como eles impõem a sua tolice à pública admiração. (...)” Com efeito, não deu para continuar a alimentar os leitores d’*A Bomba* com notícias divertidas de Coimbra, pois nunca mais esta secção viu a luz do dia.

Mas o que pretendia rebentar esta bomba? Qual o seu propósito? Rebentar com as “patifarias”, estourar com os “odres de maldade”. Como referia no seu primeiro editorial (o único “lugar meio sério de *A Bomba*”), de 20 de Abril, não trazia um fito concreto, “porque nada há mais incerto que o ensejo de azorrague”. E acrescentava: “Explodirá com ímpeto onde quer que a sua acção seja necessária. Neste ponto, naquele? Sabe-se lá! Sabem lá os moralistas de hoje se não serão os piores depravados de amanhã!” Por outras palavras, não se inclinava abertamente nem para os republicanos nem para os monárquicos, antes procurava, num registo humorístico e satírico, criticar o que achava necessário criticar. Colocava-se, portanto, numa **posição apartidária**. Mas folheando com atenção *A Bomba*, os seus textos e desenhos ou caricaturas, onde a actualidade política republicana é semanalmente escarpelizada, vamos descortinando uma **desilusão crescente em relação ao novo regime republicano**. Que nalguns casos sugere mesmo uma aproximação, ainda que instrumental, à causa realista. Instrumental porque a esperança final, segundo *A Bomba*, reside no povo, enquanto os monárquicos, tal como Roma, e o seu eventual apoio, são vistos como um meio para atingir um fim. Na actual conjuntura política, de “luta cega” de republicanos contra republicanos, tudo valia para refundar o regime. Logo no segundo número d’*A Bomba*, de 27 de Abril, em editorial, fez-se um apelo à revolução do povo contra a “escória”, os “bandidos da pior espécie”, contra “as centenas de quadrilheiros” que o assaltavam “por todos os lados”, espoliando-o do “bom nome”, da “tua independência, e da integridade da tua pátria”. E perguntava-se, em jeito de desafio: “Povo, povo roubado, és o único depositário da antiga, nobre e grandiosa alma nacional! Levanta-te e empunha o chicote! (...) Acorda e rugue, com rugidos que cheguem a Roma, se ouçam na Galiza [onde estavam as tropas monárquicas] e aterrem os chacais que pelo Terreiro do Paço se escondem e envenenam a sombra. Acorda e sê resoluto. Que *A Bomba* te auxiliará...”. Povo que, além de “roubado”, tinha sido enganado, como se depreende do desenho “Dos que fizeram a República” (1, 20 de Abril): de um lado, o dito povo republicano, agora a morrer à fome; do outro, os militares que engordavam com a nova situação política. Segundo Almada Negreiros, num outro desenho (2, 27 de Abril), era a própria liberdade que estava em causa e ameaçada, designadamente pelas forças militarizadas da República, com destaque para a Polícia Civil de Lisboa. Tudo, portanto, demonstrava “como a nossa política ou precisa dum altíssimo saneamento que a transforme por completo, ou caminhará cada vez com mais pressa para uma dissolução de tal ordem irremediável que nada depois será capaz de a endireitar” (9, 15 de Junho).

Por outro lado, há um constante apelo da parte desta folha humorística para que o povo se foque no essencial, e o essencial, para *A Bomba*, não eram as discussões e os boatos acerca dos “conspiradores portugueses acoitados em terras de Espanha”, ou os eminentes “golpes de estado”, mas sim a necessidade de um “grande movimento de sacrifício e abnegação” que erguesse de novo o povo, para que ele pudesse “triunfar por segunda vez” (4, 11 Maio). O que pressupõe a tal desilusão relativamente à I República e aos políticos republicanos. Logo, era necessário “gente nova, animada dum fundo amor à sua terra e dotada de bastante abnegação para lutar com desinteresse

e desassombro” (...), “gente que não tenha feito mil promessas para falhar a mil e uma; de gente que não faça negócios de votos nem de estradas; de gente que conheça o seu meio e as necessidades dos habitantes de Portugal; de gente, enfim, que tenha a cabeça no seu lugar e saiba onde nasceu. Então, sim, que as crises não ofereçam o desolador espectáculo de hoje e que a política começará a ser o que é justo que seja” (8, 8 de Junho).

Para *A Bomba*, mais dos que as crises políticas, mais do que a luta fratricida entre os partidos republicanos, havia uma outra questão que era central e justificava a desilusão e a descrença, que “colocaram num campo ambíguo de inimizade e até de hostilidade à República uma grande parte do país”: a República teria vindo “antes de tempo, ou antes, num tempo mau”. Abundavam os “demolidores” (e por isso ela tinha uma “carácter desnacionalizante”), mas faltava “quem pensasse a valer em construir e cultivar”. Quando era suposto “iniciar-se o cultivo da sociedade portuguesa segundo o novo regime [republicano], aí começaram as lutas, os atropelos, a denúncia flagrante de que se, na verdade, e como se gritava nos comícios, a República se tinha já feito nos espíritos, os futuros homens públicos é que não tinham as aptidões precisas para o rigoroso cumprimento das prédicas realizadas. Falhou, portanto, o bom senso e o critério em que tantas esperanças se tinham depositado”. E passaram a dominar os “ambiciosos”, os “incoerentes”, os “insinceros [sic]” (7, 1 Junho). A salvação estava no povo, que ainda acreditava na República, embora não fosse “deste nem daquele partido, desta ou daquela facção”. E estava no povo porque era ele “a matéria-prima de todos os movimentos de civilização, a força única susceptível de dar leis ao mundo” (7, 1 de Junho). Só dele podia brotar a Justiça e a Justiça.

A Monarquia, com menor intensidade, foi igualmente alvo das bombas d’*A Bomba*. Desde logo nos epítetos com que foi brindada: ela era “asquerosa”, “chafarica”, uma “organização nefasta e pornográfica”, por contraste com o “velho partido”, leia-se a oposição republicana antes do 5 de Outubro, que ainda encarnava a “corrente pura”, agora na oposição à demagogia dos partidos democrático, unionista e evolucionista. Depois, os “portugueses conspiradores”, os “couceiristas”, os que lutavam ao lado de Paiva Couceiro nas célebres incursões monárquicas, também não ficaram bem no retrato tirado pel’*A Bomba*: é certo que a folha humorística, a propósito das lutas entre aqueles e os espanhóis – notícia que rebentara nos jornais –, não tomou a defesa do “procedimento espanhol” (seria a atitude mais fácil, “porque o que fizeram nos serve às mil maravilhas para desacreditarmos os inimigos do regime constituído em Portugal”), mas ambos (espanhóis e “couceiristas”) saem muito mal deste episódio, pois para *A Bomba* “tão ordinários, tão falhos de senso moral e dignidade colectiva são uns como os outros” (5, 18 Maio). Finalmente, pela forma divertida, mas não menos sarcástica, como *A Bomba* trata o aprisionamento do “navio em águas belgas”, que levava armas para os “conspiradores portugueses”, rematando: “O melhor agora é tentar o aeroplano. Com certeza que a esse ninguém irá apreendê-lo. De resto, também é o melhor meio de fuga... e o mais apropriado para quem tanto anda no ar...” (10, 22 de Junho). A crueldade é depois completada, ainda neste último número do jornal, com a publicação da “Proclamação Couceirista” e da “Carta de Paiva Couceiro ao Júri que o Condenou”, com assinatura de Henrique Paiva

Couceiro. Naturalmente, ambos os documentos resultaram da pena, e da imaginação, dos redactores d'A *Bomba* que, num registo humorístico, procuravam desconstruir a soberba de Paiva Couceiro, cuja carta arrancava assim: “Excelsos bandidos! Vi hoje com pormenores a notícia do meu julgamento e não me tive que não pegasse logo na pena para vos decompor, enquanto não posso zurzir-vos com um bom marmeleiro. Porque, ignóbeis pelintras, há-de ser a marmeleiro que eu hei-de entrar no Porto e aí fazer o centro da nova monarquia portuguesa. Seis anos de prisão e não sei quantos de degredo! É de morrer a rir! Prisão, eu, o mais ilustre herói deste século, o novo Salvador da Terra Santa!”

Em suma, se quisermos encontrar uma filiação partidária ou ideológica n'A *Bomba*, ela está no Republicanismo anterior ao 5 de Outubro, ainda “amado pela maioria do povo instruído do país”. Perante o novo regime o que temos é um grande desencanto, plasmado nas críticas constantes aos partidos políticos, à luta suicida pelo poder, à ambição desmesurada dos chefes republicanos – que justifica depois a ideia dum saneamento da política “que a transforme por completo”. O regime republicano seria assim refundado por dentro, a partir do “velho republicanismo” que ainda não tinha encontrado aquilo “que lhe prometeram e para cuja consecução arriscou o bem-estar e a vida” (8, 8 de Junho).

Álvaro Costa de Matos

Lisboa, 25 de Maio de 2011.